

As Vozes da Nação: Sujeitos e Sentidos no Noticiário da Telesur sobre o Governo de José Mujica¹

Gláucia MORAES²

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

O artigo tem o objetivo de desvelar a heterogeneidade discursiva do governo de José Mujica no Uruguai, a partir do mapeamento das vozes presentes no noticiário governamental e da reflexão sobre as posições de sujeito que elas representam. O *corpus* é constituído por notícias sobre o governo de José Mujica que têm como temas centrais reivindicações e conquistas sociais, veiculadas pela emissora Telesur nos meses de abril e maio de 2013 e disponibilizadas em seu *sítio* web. A investigação parte de uma abordagem teórica sobre o nacional e o popular no pensamento político de esquerda e apoia-se metodologicamente na análise do discurso, sobretudo no conceito de polifonia de Bakhtin.

Palavras-chave: nacional-popular; sujeitos sociais; polifonia; discurso jornalístico

Introdução

Os governos de centro-esquerda que ascenderam ao poder na América Latina, no final do século XX e no início do século XXI, tornaram-se conhecidos como “progressistas”. A nomenclatura passou a ser usada para se referir a administrações que não só podem ser muito distintas entre si, como também podem abrigar em seu interior forças heterogêneas e, por vezes, até contraditórias.

O presente trabalho pretende contribuir para o desvelamento da heterogeneidade por trás desses governos latino-americanos, a partir do mapeamento das vozes presentes no discurso jornalístico governamental e da reflexão sobre as posições de sujeito que elas ocupam. Para tanto, dedica-se à análise de notícias sobre o governo de José Mujica que têm como temas centrais reivindicações e conquistas sociais. O *corpus* é constituído pela produção jornalística da emissora Telesur, veiculada nos meses de abril e maio de 2013 e disponibilizada em seu *sítio* web.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e jornalista do Cefet/RJ. E-mail gs_mendes@yahoo.com.br.

A escolha do veículo justifica-se por sua natureza multiestatal: a Telesur foi criada pelo governo venezuelano com o apoio de outros governos latino-americanos, dentre os quais o uruguaio. O convênio que formaliza a participação do Uruguai na emissora prevê o aporte mensal de conteúdo, parte dele gerado por uma sucursal financiada e mantida pelo Estado³. Por conseguinte, acredita-se que as notícias sobre o governo uruguaio veiculadas pela Telesur tendem a conferir publicidade às reivindicações e às ações em prol dos sujeitos sociais que o respaldam.

A investigação proposta adota como ponto de partida uma explanação sobre o nacional e o popular, que fornece o fundamento teórico para compreender a articulação entre segmentos sociais diversos por trás dos governos latino-americanos de centro-esquerda. Na sequência, procura evidenciar as principais forças políticas que constituíram a base do governo uruguaio de José Mujica. O quadro teórico-social traçado ajuda a identificar e a compreender a polifonia das vozes que se manifestam no noticiário analisado.

O Nacional e o Popular no Pensamento Político de Esquerda

O pensamento político de esquerda surgiu com uma feição internacionalista. No Manifesto Comunista, Marx e Engels (1998) sustentavam que a construção de uma sociedade justa e igualitária requeria a solidariedade entre os trabalhadores de todo o mundo. Na perspectiva dos autores, os operários não poderiam ter como meta final a unidade nacional, pois o apelo a particularismos consistia em uma estratégia política burguesa para dividi-los, mantendo as desigualdades sociais intactas.

Embora negassem a adesão do proletariado ao nacionalismo, Marx e Engels não descuravam das tarefas nacionais que se impunham à classe. “Já que o proletariado deve, primeiro, conquistar a supremacia política, deve se erguer para ser a classe líder da nação; deve constituir, ele próprio, a nação; ele é, até agora, nacional, apesar de não ser no sentido burguês da palavra” (MARX; ENGELS, 1998, p. 39). Na luta contra a burguesia, portanto, o primeiro passo do proletariado deveria ser sua transformação em classe portadora da vontade coletiva nacional.

³ O convênio entre a República Bolivariana da Venezuela e a República Oriental do Uruguai relativo à nova Televisión del Sur foi assinado em 2 de março de 2005. O documento encontra-se disponível em: <https://sip21-webext.parlamento.gub.uy/temporales/6876853.html>.

Essas posições iniciais adquiriram novas nuances com o desenvolvimento do capitalismo e o conseqüente surgimento de uma nova forma de opressão - a de uma nação sobre outra – e de novos sujeitos sociais oprimidos, não identificados com o proletariado. Se, até então, Marx e Engels consideravam que as demandas emancipatórias dos sujeitos nacionais deveriam se submeter ao objetivo maior da transformação socialista mundial pelo proletariado, os autores passaram a compreender que a libertação nacional dos povos oprimidos era uma condição necessária à emancipação social dos trabalhadores do centro capitalista e de todo o mundo (ARICÓ, 1982).

Quem melhor captou esse movimento e lhe forneceu uma formulação teórica nos quadros marxianos foi Lenin (2011). Partindo da aplicação do método materialista histórico dialético de interpretação da realidade, o comunista russo observou que, na virada do século XIX para o XX, o desenvolvimento do capitalismo conduziu-o a uma “fase superior”, caracterizada por uma expansão desigual: as nações onde o sistema foi originalmente gestado submeteram a seu domínio países em transição para o modelo socioeconômico.

Essa desigual expansão capitalista levou Lenin (1916) a identificar novas complexidades para a construção do internacionalismo socialista. Embora compartilhasse a visão de que o nacionalismo burguês e o internacionalismo proletário são inconciliáveis, considerava não abordar a questão em termos abstratos, sem levar em conta a realidade das nações oprimidas e opressoras.

Para o autor, a “pátria” consistiria em uma noção histórica e comportaria uma dupla dimensão: uma, emancipatória, e outra, conservadora. Libertário e, portanto, afim com a transformação socialista, seria o conteúdo democrático e de autodeterminação nacional, o combate à opressão em nome da igualdade entre os povos. Conservadora seria qualquer aspiração à exclusividade nacional, qualquer forma de privilégio que conduzisse a práticas chauvinistas.

Na perspectiva de Lenin, os socialistas deveriam não só reivindicar a libertação imediata das nações submetidas ao jugo imperial, como também “manter de maneira mais resoluta os elementos mais revolucionários dos movimentos democráticos burgueses de libertação nacional desses países e ajudar à sua insurreição (ou, se for o caso, à sua guerra revolucionária) *contra* as potências imperialistas que os oprimem (LENIN, 1916 *apud* LENIN *et al.*, 1975, p.75).

As tarefas nacionais que se impõem aos sujeitos oprimidos podem ser pensadas, contemporaneamente, a partir do conceito de nacional-popular cunhado por Antonio

Gramsci. O nacional-popular gramsciano desliza entre dois extremos que, como sublinha Portantiero (1988), procura rechaçar: o “cosmopolitismo”, de um lado; e o “particularismo” ou “nacionalismo”, de outro.

O nacional-popular remete à necessidade histórica de constituir o popular culturalmente como nação, por meio de uma “reforma intelectual e moral” da sociedade cujo ponto de partida seja a cultura popular ou o “senso comum”, concepção de mundo fragmentária e incoerente. Em meio a este mosaico, atravessado por superstições, credences e valores dominantes, é possível encontrar um “núcleo sadio”. Identificar e reelaborar estes elementos consiste na grande tarefa à qual se deve proceder na busca por uma cultura capaz de conduzir à transformação da sociedade (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011).

Essa reforma intelectual e moral da sociedade pressupõe uma forma de poder que não se baseia na coerção ou na aplicação da força, mas na direção ideológico-cultural de um sujeito sobre os demais: a hegemonia. Na disputa por essa forma de poder, os sujeitos que se pretendem hegemônicos procuram construir um consenso social em torno de determinadas ideias.

Com vistas a identificar os sujeitos sociais que se encontram na base do governo de José Mujica, bem como o projeto político-cultural hegemônico que eles representam, a próxima seção procura desvelar as articulações e rearticulações políticas que deram sustentação ao partido Frente Ampla na conquista da presidência do Uruguai.

Frente Ampla: um Partido de Centro-Esquerda

O partido Frente Ampla foi criado em um contexto de crise generalizada. O Uruguai vivia o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações e no Estado de Bem-Estar Social, que haviam sido erigidos no início do século XX. Na esfera político-institucional, um clima de violência se alastrava pelos dois lados do espectro político. Entre as forças de direita, um setor militar nacionalista pregava a supressão das instituições democráticas para prevenir o avanço da “ameaça comunista”. No interior da esquerda, surgiam organizações sociais que identificavam a luta armada como a única forma de chegar ao poder (CABRAL, 2012).

Nesse contexto, os partidos Socialista e Comunista iniciaram acordos eleitorais com os democratas cristãos e segmentos dissidentes das duas agremiações que então dominavam o cenário político: o partido Nacional (representante das oligarquias agrária e pecuarista) e

o Colorado (formado por segmentos sociais liberais). Como resultado das negociações, foi criada, em 1971, a Frente Ampla (FA), força de esquerda que se inseria na disputa política pela via pacífica e democrática. A composição conferiu um caráter heterogêneo e policlassista ao novo partido, transformando-o em uma unidade contraditória, que abrigava tendências reformistas e revolucionárias. Em termos programáticos, predominavam propostas reformistas; entretanto, em termos ideológicos, a maioria das correntes internas do partido ainda adotava uma perspectiva marxista, declarando-se anticapitalista e propondo alguma versão de ação política socialista (GARCÉ; YAFFÉ, 2006).

Com o golpe de Estado da direita militar-nacionalista, em 1973, a coalizão recém-criada caiu na ilegalidade e seus partidários foram submetidos a um regime de perseguição e repressão massiva, que objetivava exterminar os movimentos políticos de cunho popular. Por essa razão, o processo de organização da nova legenda foi interrompido e só pôde ser retomado em 1984, com a queda do regime ditatorial. Esse momento, caracterizado por um forte apelo democrático, conduziu ao fortalecimento das frações de centro-esquerda e ao deslocamento dos grupos mais radicais.

Nos anos seguintes, instalou-se um debate político-ideológico no interior da FA, que girou especialmente em torno da concepção de democracia. De um lado, os representantes da ala radical adotavam uma visão instrumental, consideravam a democracia um recurso estratégico a ser defendido em uma determinada conjuntura, mas superado posteriormente junto com o modelo social do qual fazia parte. Por outro, as correntes moderadas atribuíram-lhe um valor substancial e propunham aperfeiçoá-la e complementá-la como parte do projeto de sociedade futura.

A recondução dos rumos políticos da FA teve em Tabaré Vázquez um importante protagonista. Ao assumir a administração de Montevidéu, entre 1990 e 1994, Vázquez transformou-se em uma importante liderança, galgando posições no partido até chegar a sua presidência, em 1996. Nos congressos ordinários realizados sob sua tutela, os ideais fundacionais de promoção da revolução socialista foram substituídos por um projeto destinado a construir um “país produtivo”.

Nesse interregno, segmentos políticos que mantinham uma posição contestatória acabaram se moderando. Esse foi o caso do Movimento de Participação Popular (MPP), corrente que surgiu na década de 1990 a partir da união entre o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros (MLN-T) – que tinha José Mujica como uma de suas principais lideranças - e uma série de pequenas organizações de extrema esquerda da FA. Embora

tenha se oposto, inicialmente, aos novos rumos, o MPP passou por uma mudança radical e se somou à estratégia vitoriosa de Tabaré Vázquez.

Com essa nova orientação política, a Frente Ampla conquistou a presidência pela primeira vez nas eleições de 2004, com Tabaré Vázquez. O confronto de classes foi substituído pela ideia de formação de um amplo consenso social, calcado em uma nova concepção de democracia.

A concepção da nova esquerda, vigente no início do século XXI, tem como base a revalorização da democracia como um fim em si mesmo, como um estilo de vida, com base no “respeito e na tolerância do outro, de outros valores, de outras culturas, de outras religiões. Tornou relevante o convívio pacífico com o outro, que pode ser adversário, mas já não é inimigo a exterminar”. Assim, a democracia passou a ser uma promessa civilizatória e tomou um valor ético de equidade e igualdade (CABRAL, 2012, p. 55).

Embora as convicções e o estilo de José Mujica tenham transparecido em algumas de suas decisões, sua administração é considerada uma continuação da de Vázquez. A coalizão de forças políticas por trás de seu governo é praticamente idêntica àquela que deu sustentação à primeira presidência da Frente Ampla. Por conseguinte, o quadro traçado pode ser adotado como referência para o mapeamento das vozes sociais e a reflexão sobre a posição de sujeitos que elas representam, estudo que se realiza neste artigo adotando como base o conceito de polifonia de Bakhtin, explicitado a seguir.

Polifonia e Discurso Jornalístico

Todo ato enunciativo concreto é parte de um grande diálogo. Como explica Bakhtin (2003), toda enunciação é, em algum grau, uma resposta a outra fala e está inserida em uma cadeia comunicacional ininterrupta. Por conseguinte, ela não só se relaciona a enunciados precedentes, como também é construída já na expectativa de uma atitude ativamente responsiva por parte dos destinatários.

Além de constitutivamente dialógico, o discurso pode vir a ser também polifônico. Com o conceito de polifonia, Bakhtin (2013) refere-se às manifestações discursivas organizadas por um autor na qual vozes plurais relativamente autônomas se erigem em condições de igualdade, inclusive com a própria voz autoral, para fornecer uma visão sobre si e a realidade. Ao contrário do diálogo monológico, no qual o autor tende a transformar os

personagens em objetos, o diálogo polifônico restitui-lhes a condição de sujeitos de seu próprio conhecimento.

Ainda que cada uma dessas vozes conceba o mundo à sua maneira, elas não se encontram em estado de isolamento. Elas interagem o tempo todo, escutando-se, respondendo-se e refletindo-se reciprocamente. A participação do autor nesse diálogo em condições de isonomia com as outras vozes não implica a renúncia de sua função de organizador do discurso. Assim como em uma narrativa monológica, a consciência do criador também perpassa uma estrutura comunicacional polifônica; no entanto, ela se amplia no sentido de abarcar também as consciências dos outros, como sujeitos sempre prontos para significar o mundo.

Como observa Benetti (2010), o discurso jornalístico é, idealmente, polifônico. As construções discursivas empreendidas pelos profissionais da área são mediadas por um processo de interação que envolve distintos sujeitos. Por ela circulam vozes como a das fontes, a do jornalista-indivíduo, a do jornalista-instituição e a do leitor. Na prática, no entanto, essa diversidade nem sempre implica a produção de um discurso polifônico. Por essa razão, a identificação da polifonia no noticiário jornalístico requer um trabalho de observação que inclua o mapeamento das vozes e a reflexão sobre as posições de sujeito que elas ocupam.

Para investigações dessa natureza, a autora considera fundamental a distinção entre locutor e enunciador proposta por Ducrot (1987). O locutor é aquele que fala e pode ser identificado como o responsável imediato pelo enunciado; no entanto, o responsável pelo sentido do discurso é o enunciador, de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos. Sua fala é perpassada por marcas culturais, sociais e históricas associadas a uma determinada posição de sujeito.

Benetti ilustra a aplicação dessa metodologia ao estudo do jornalismo recorrendo ao exemplo de uma reportagem construída com base em informações fornecidas por quatro fontes. Por envolver cinco locutores - o jornalista mais as quatro fontes -, o material aparenta ser polifônico. Entretanto, essa potencial pluralidade social torna-se apenas ilusória quando se verifica que todas as fontes consultadas e o próprio jornalista assumem uma mesma posição de sujeito.

Tendo em vista a inserção de todo discurso em um diálogo mais amplo e o propósito deste trabalho de identificar as vozes sociais reverberadas pelo noticiário governamental,

realiza-se a seguir uma análise que ultrapassa o nível interno de cada notícia, estendendo-se a um conjunto de matérias que têm como temas centrais reivindicações e conquistas sociais.

Sujeitos e Sentidos no Noticiário da Telesur sobre o Governo de José Mujica

Com o respaldo fornecido pelo quadro teórico e político traçado, realiza-se a seguir a análise do noticiário da televisão multiestatal TeleSUR sobre o governo de José Mujica. O *corpus* é constituído por notícias que têm como temas centrais reivindicações e conquistas sociais, veiculadas nos meses de abril e maio de 2013. Cinco matérias enquadram-se nesse critério: uma referente ao pedido de justiça para os crimes de violação dos direitos humanos elementares cometidos durante a ditadura militar; duas relacionadas a demandas dos “novos movimentos sociais” (HALL, 2003) e duas protagonizadas pelos trabalhadores.

O primeiro tema adquire visibilidade com a notícia “28ª Marcha do Silêncio pelas vítimas da ditadura”. Nela, identificam-se três locutores: o repórter Fabián Cardozo, o parente de uma das vítimas, Ignacio Errandonea, e o senador Rafael Michelini. Fabián Cardozo narra o gesto repetido anualmente por familiares de detidos e desaparecidos durante o regime militar: a procura, em meio a vários cartazes, daquele contendo a foto do ente querido, utilizado para representar a pessoa ausente durante a marcha. O repórter caracteriza o cartaz como “um histórico símbolo da resistência”, em nome das vítimas da “irracionalidade mais absoluta da ditadura militar” (CARDOZO, 2013b), e afirma que, naquele ano, a marcha teria ainda mais ímpeto, em virtude da decisão da Suprema Corte de Justiça de impedir o julgamento dos militares que violaram os direitos humanos.

O depoimento do familiar está em consonância com a narrativa do repórter. Ignacio Errandonea conta que aquele é um momento de grande comoção, por estarem “em contato com a foto, recordando nossos familiares” (CARDOZO, 2013b). Enfatiza que o sentimento de impunidade não é resultado apenas da recente decisão da Justiça: ela foi construída ao longo dos anos, pelos governos dos partidos Blanco e Colorado que se sucederam no poder.

O senador Rafael Michelini também se erige como um porta-voz dos familiares. Faz um apelo ao Estado uruguaio, principalmente ao poder Judiciário: enquanto ainda restar um único caso, que este seja investigado e julgado. Em sua avaliação, ainda assim o Estado estaria em dívida com todos aqueles que foram vítimas da ditadura.

Como é possível depreender, os três locutores produzem um discurso monofônico, assumindo o mesmo lugar de fala. Mas qual é a posição de sujeito que eles ocupam? O

destaque atribuído pela matéria à fotografia opera como um indício da singularização do sujeito, resgatando a existência única de cada vítima da ditadura. Por conseguinte, pode-se afirmar que a perspectiva de enunciação assumida é a do indivíduo soberano, engendrado pela modernidade juntamente com os direitos de liberdade que lhes foram *naturalmente* associados. Tal sujeito é caracterizado, segundo Williams (1976 *apud* HALL, 2003), como um ser cuja essência é constituída por dois traços identitários: a indivisibilidade, ou unificação a partir do interior, e a singularidade, ou unicidade. Trata-se de um sujeito que permanece o mesmo no tempo, marcado por uma continuidade entre passado e presente.

O indivíduo soberano corresponde, em termos políticos, ao ser racional, agente do conhecimento e da prática histórica, que esteve por trás das revoluções democrático-burguesas e cujos principais traços foram definidos por Locke. Este autor (*apud* WEFFORT, 2006) concebe os homens como seres individuais e racionais por natureza, que resolvem firmar um pacto consensual de convivência em sociedade para preservar e consolidar seus direitos naturais (a vida, a liberdade e a propriedade).

Mas esse sujeito unificado e racional não é o único representado no noticiário da Telesur sobre o governo de José Mujica. Por meio de matérias que focalizam demandas contrárias a formas de opressão específicas - como as relacionadas à orientação sexual e ao gênero -, também adquirem expressão movimentos sociais organizados que reivindicam o reconhecimento das diferenças socioculturais.

É o que evidencia a cobertura sobre a aprovação da lei do matrimônio igualitário. Em nota coberta, a apresentadora anuncia o resultado da votação no Congresso afirmando que a lei “já não falará mais de marido e mulher, mas sim de cônjuges ou contraentes” (CARDOZO, 2013e). A assertiva enfatiza um elemento-chave da luta política levada a cabo por coletivos a favor da diversidade sexual: a cultura. Como observa Eagleton (1998), para esse tipo de movimento social, o sujeito encontra-se submetido a um conjunto difuso de normas e convenções. O único caminho capaz de libertá-lo dessas formas de poder é buscar a transformação dos signos culturais, como o significado do matrimônio.

Enquanto relata os acontecimentos, a apresentadora assume uma única perspectiva de enunciação. Ela empresta sua voz para ecoar as palavras de ordem do movimento a favor da diversidade sexual. “Aqueles que vemos ali nas grades gritavam: igualdade, igualdade. Nós os vemos festejando, gritando e abraçando-se depois de conseguir este triunfo”, narra, em discurso indireto, enquanto o vídeo exhibe as imagens de um público heterogêneo,

formado por transexuais, gays e lésbicas (CARDOZO, 2013e). “Há mais direitos para as minorias”, sentencia a apresentadora.

A noção de igualdade que fundamenta essa visão de mundo circunscreve-se ao plano formal. De acordo com Bobbio (2013), trata-se de uma igualdade *no* ou *dos* direitos, que pode ser considerada um momento ulterior na equalização dos indivíduos com respeito à igualdade perante a lei, cuja principal característica é a eliminação das discriminações de segmentos sociais. Trata-se de um sentido de igualdade que não só é compatível com a doutrina liberal, mas também pode ser considerado uma extensão desta no desenvolvimento da democracia.

Do estúdio, a apresentadora chama o repórter Fabián Cardozo. Ocorre uma mudança de locutor, mas não de enunciador, pois os fatos continuam a ser narrados a partir do ponto de vista dos movimentos sociais:

ontem à noite, a altas horas da noite, houve festejos na Praça Primeiro de Maio, em frente ao palácio legislativo. Houve festejos, houve baile, música eletrônica [...] a comunidade que milita, que trabalha pela diversidade sexual decidiu festejar porque foi um grande triunfo, após muitos meses de negociação política, para que esse projeto se concretizasse [...]
Sem dúvida, uma notícia que hoje está colocando o Uruguai na vanguarda latino-americana (CARDOZO, 2013e).

O repórter afirma que foram obtidos 71 votos favoráveis ao projeto de lei, provenientes dos parlamentares da Frente Ampla e de dissidentes dos partidos Colorado e Nacional. Contudo, nenhum representante dessas agremiações obteve espaço para se manifestar na matéria. Tampouco o obtiveram aqueles que se posicionaram contrários à medida.

As reivindicações dos novos movimentos sociais também ganham visibilidade no período analisado com a disputa em torno da despenalização do aborto. A lei sobre o tema, que havia sido aprovada e sancionada no Uruguai no ano anterior, atendendo à reivindicação dos movimentos a favor dos direitos das mulheres, reascendeu ao centro do debate em abril de 2013, com a convocação de um referendo pelos setores contrários à medida.

Pela primeira vez entre as notícias ora analisadas, há a presença de fontes com posições divergentes na cobertura do acontecimento, que representam tanto os segmentos sociais contrários quanto os favoráveis à lei. Contudo, isso não é sinônimo de um equilíbrio

entre as duas visões de mundo. Os segmentos sociais contrários à lei ganham expressão na voz do deputado do Partido Nacional Pablo Abdala apenas para se referir a questões sobre data e convocatória do referendo. Não há uma explicitação dos argumentos que embasam a crítica à despenalização do aborto:

Em meados do mês de junho, com toda segurança [será realizado o referendo]. A data, obviamente, será determinada pela corte eleitoral. Será realizada essa convocatória à cidadania, à opinião pública, e nós, desde já, isto é, desde o primeiro dia útil posterior ao conhecimento da verificação das assinaturas, queremos exortar e começar a exortar a cidadania para que essa instância de adesão voluntária ocorra, a votar, a manifestar sua adesão (CARDOZO, 2013d).

Em contraposição, a notícia faz ecoar a visão de mundo dos movimentos feministas. Esta se manifesta, inicialmente, no *off* do repórter Fabián Cardozo. Por meio de um discurso indireto, Cardozo afirma que, para os impulsionadores da lei, “a nova normativa trouxe igualdade de condições às mulheres, que hoje podem decidir com liberdade de consciência interromper uma gravidez. E recordam que, sem essa lei, os abortos eram realizados de forma clandestina e colocavam em perigo a saúde das mulheres” (CARDOZO, 2013d).

A perspectiva de enunciação é a mesma adotada pela senadora da Frente Ampla Constanza Moreira, para quem

a lei [antes] funcionava como uma criminalização do aborto em qualquer situação e nós agora estamos descriminalizando-o pela única vontade da mulher. Isto é, aqui o que vale é a vontade da mulher, seja a que é menor de idade, que padeça de alguma incapacidade incompatível com o fato de ser mãe etc. O que vale é a vontade da mulher (CARDOZO, 2013d).

Como é possível observar, os argumentos que respaldam a visão de mundo dos segmentos sociais favoráveis à lei da despenalização do aborto são similares àqueles evocados pelos defensores da diversidade sexual. Ambos reivindicam, em última instância, a igualdade de direitos para as minorias que representam, mediante transformações que se operam no plano simbólico.

O tema do aborto deixa transparecer ainda outro pilar da luta de ambos: a centralidade do corpo. Os movimentos sociais representativos das minorias identificam o corpo como o *locus* privilegiado da identidade, em torno do qual são hoje travadas as lutas

pelo poder. O corpo é considerado por eles o principal espaço de submissão social e, conseqüentemente, de liberdade para o sujeito (EAGLETON, 1998).

Tais semelhanças constituem o cerne de um mesmo sujeito conceptual: o sujeito pós-moderno. Este não só se diferencia, como também surge do questionamento do ser uno e indiviso conhecido como indivíduo soberano: o ponto de partida de sua concepção é justamente a ruptura com a ideia de um ser cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada. O sujeito pós-moderno é considerado um ente desagregado, um ser cindido em múltiplas formas particulares de identificação em permanente devir.

É possível identificar, ainda, traços característicos de um terceiro sujeito conceptual no noticiário do período analisado: o proletário do pensamento socialista clássico de Marx e Engels (1998). Este é evocado na matéria sobre a fábrica de transformadores Urutransfor, que retomou as atividades produtivas graças ao protagonismo dos trabalhadores. Tal posição de sujeito é assumida por Fabián Cardozo. O *off* do repórter atribui destaque a um importante elemento simbólico do imaginário socialista clássico: a ocupação das fábricas pelos trabalhadores, com a conseqüente tomada dos meios de produção.

Urutransfor é uma empresa de origem familiar, que teve problemas de dívida e financiamento que a tornaram inviável. Como ação gremial em primeira instância, os trabalhadores ocuparam a fábrica, assumindo depois a responsabilidade de continuar o processo de produção (CARDOZO, 2013c).

O trabalhador Heráclio Rodriguez evoca sentidos associados à mesma perspectiva de enunciação, ao enfatizar a importância da união entre os trabalhadores. “Durante esse processo de dois anos de ocupação, tivemos em conta que o fundamental era não dispersar as forças e trabalhar todos unidos para tratar de levá-la [a fábrica] adiante” (CARDOZO, 2013c).

Em sua função de locutor, Cardozo procura ainda transmitir a mensagem de que a experiência autogestionária dos trabalhadores originou uma “empresa pujante” (CARDOZO, 2013c) e de vocação internacionalista. Contribuem para a construção desse sentido a menção ao número de postos de trabalho diretos gerados pela fábrica (62) e a referência a dois projetos desenvolvidos pela empresa uruguaia para o governo venezuelano.

O ponto de vista é reiterado pelo trabalhador Fernando Mazzeli, que cita outros projetos internacionais da Urutransfor e conclui ser possível aos trabalhadores alcançar

êxito, mesmo lutando apenas pelo sustento: “Já vamos para um terceiro transformador, para o Equador, conseguimos vender para Bolívia e a ideia é continuar crescendo e demonstrando que, apesar de ser um grupo de trabalhadores que lutam pela fonte de trabalho, é possível vencer”.

Outros traços que remetem à perspectiva de enunciação socialista clássica são evocados na notícia sobre a primeira paralisação geral realizada pela Central Única Trabalhista, PIT-CNT. No *off*, o jornalista Fabián Cardozo remete à concepção marxiana de luta de classes, ao afirmar que o ato teve como objetivos “questionar a direita” e “reivindicar melhores salários para as camadas mais desfavorecidas” (CARDOZO, 2013a). Cardozo também faz referência à tradição dos trabalhadores de entoar a Internacional Socialista em seus atos massivos e confere concreticidade à afirmação incluindo, na matéria, uma sonora da execução do hino.

Ainda como locutor, Cardozo expõe as principais demandas dos trabalhadores ao governo uruguaio: o aumento do salário mínimo nacional e do orçamento da educação. A reivindicação do setor educacional é ecoada pela coordenadora dos Sindicatos de Ensino, Élbis Pereira: “a maior responsabilidade frente à educação é do poder Executivo e, por extensão, do parlamento. Eles têm a responsabilidade de dotar a educação com recursos, para que nosso país insurgente possa se desenvolver integralmente”.

As demandas por melhores salários e mais recursos para a educação remetem ao que Bobbio (1992) denomina “direitos sociais”. Embora tenham sido concebidos nos marcos do modelo democrático capitalista, tais direitos são os que mais se aproximam do ideal socialista de igualdade substancial. Com vistas à promoção de uma maior igualdade social, eles propõem um tratamento não igual entre os cidadãos, para compensar as desigualdades concretas existentes entre grupos sociais, mediante programas geridos pelo Estado.

Conclusão

Quando consideradas isoladamente, as notícias analisadas evidenciam a adoção de um discurso monofônico. Os distintos locutores mobilizados na construção de sentidos de cada uma das matérias tendem a adotar a mesma perspectiva de enunciação, dando voz ao mesmo sujeito social. No único caso em que há a presença de um locutor potencialmente divergente, este não chega a enunciar sua visão de mundo.

Se observadas em conjunto, no entanto, as notícias revelam a existência de uma polifonia de vozes sociais, que concordam em determinados aspectos e contradizem-se em outros. Comum a todas elas é a luta pela democracia, a partir da reivindicação de diferentes categorias de direitos – individuais, sociais e os direitos à diferença –, que se complementam.

Contudo, tais vozes também se contradizem, representando sujeitos conceptuais que se negam mutuamente. O indivíduo soberano, senhor das liberdades individuais vitimadas pela ditadura uruguaia, é superado dialeticamente pelo proletário, concebido a partir da cisão da sociedade em classes sociais. Ambos os sujeitos, dotados de vocação universalista, são negados pelo fragmentado sujeito pós-moderno, que se concentra em lutas políticas particulares.

Apesar dessas contradições, os três sujeitos são incluídos em um mesmo projeto político nacional. Sob a hegemonia dos ideais liberais – que, resguardadas as diferenças, perpassam tanto a visão de mundo do indivíduo soberano quanto a do sujeito pós-moderno –, eles convivem tendo em vista uma meta maior: o desenvolvimento da democracia mediante a ampliação dos direitos de cidadania.

Referências bibliográficas

ARICÓ, J. **Marx e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003

BENETTI, M. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

_____. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CABRAL, J. P. C.. Processos político-ideológicos na esquerda eleitoral uruguaia: 1971-2004. **História & Luta de classes**, n.4, p. 51-58, 2012. Disponível: <http://www.historiaelutadeclases.uff.br/index.php/HLC/issue/view/1>. Acesso: 25 jun. 2014.

CARDOZO, F. Central Obrera realizó primer paro general, **Telesur**, Montevidéo, 24 maio 2013a. Disponível em: <http://multimedia.telesurtv.net/web/telesur/#!es>. Acesso em: 13 maio 2014.

_____. XVIII Marcha del Silencio por las víctimas de la dictadura, **Telesur**, Montevidéo, 21 maio 2013b. Disponível em: <http://multimedia.telesurtv.net/web/telesur/#!es>. Acesso em: 13 maio 2014.

_____. Urutransfor es una empresa de origen familiar, **Telesur**, Montevidéo, 15 maio 2013c. Disponível em: <http://multimedia.telesurtv.net/web/telesur/#!es>. Acesso em: 13 maio 2014.

_____. Harán referendo contra despenalización del aborto, **Telesur**, Montevidéo, 30 abril 2013d. Disponível em: <http://multimedia.telesurtv.net/web/telesur/#!es>. Acesso em: 13 maio 2014.

_____. Senado aprobó Ley sobre Matrimonio Igualitario, **Telesur**, Montevidéo, 11 abr 2013e. Disponível em: <http://multimedia.telesurtv.net/web/telesur/#!es>. Acesso em: 13 maio 2014.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GARCÉ, A.; YAFFÉ, J. La izquierda uruguaya (1971-2004): ideología, estrategia y programa. **América Latina Hoy**. v. 44, p.87-114, 2006. Disponível: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30804405>. Acesso: 11 set. 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

LENIN, V. **O Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Unicamp: Campinas, 2011.

_____. A revolução socialista e o direito das nações a disporem de si próprias. 1916. In: MARX, K. ; ENGELS, F.; LENIN, V. **Sobre o internacionalismo proletário e o nacionalismo burguês**. Editorial Stampa, Martins Fontes: Santos, 1975.

LÖWY, M. (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 3. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.